

Depois da crise, FH volta a falar em mudar ministério

Oposição anuncia que falta apenas um voto para CPI da Corrupção no Senado

SONIA CARNEIRO E
CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso estuda uma reforma ministerial em até 15 dias para reordenar a base aliada, criando um clima de armistício pós-renúncia de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Com a reforma, contam interlocutores do governo, FH quer ter o apoio do PMDB e do PFL para esvaziar a iminente ameaça de uma CPI da Corrupção e para enfrentar a ameaça de debandada de governistas para as candidaturas de Itamar Franco e Ciro Gomes, antecipadas pela queda de popularidade de seu governo.

Ontem, o PT anunciou que falta apenas uma assinatura de senador para alcançar as 27 necessárias à instalação da CPI. Sete senadores do PMDB subscreveram o requerimento, entre eles o presidente nacional do partido, Maguito Vilela (GO).

Mais tempo — Mudanças profundas no ministério foram cogitadas ontem, por Fernando Henrique, durante conversa com os líderes do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e da Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), sobre a escolha do novo ministro da Integração Nacional. FH quer mais uma semana para avaliar a reestruturação que pretende fazer em todo o ministério. "O presidente quer mais uma semana, porque pode fazer mudanças mais profundas no Ministério", disse Renan Calheiros, após audiência no Palácio do Planalto. "O momento é de recompor a base governista para restabelecer as condições de governabilidade", completou, numa referência à saída de ACM da cena nacional.

Além do ministério, as lideranças do governo no Congresso também poderão ser utilizadas na estratégia de recomposição da base aliada. "O momento é de avaliação", limitou-se o ministro das



Presidente quer fazer reforma ministerial para reordenar a base

Comunicações, Pimenta da Veiga. Temendo perder espaço para o grupo de Jader Barbalho e para o PSDB nessa reformulação do governo, os dirigentes do PFL também tentam negociar a revisão de espaços. Em troca, se aproveitam da ausência de ACM para oferecer armistício e apoio incondicional ao governo até o final do ano. Bem como empenho na renovação da aliança em 2002, desde que o escolhido para suceder FH não seja um tucano ministro de estado. Ou seja, um veto explícito ao nome de José Serra, da Saúde. "Decretei a lei do silêncio na bandeira pelos próximos 30 dias, muitas mudanças estão por vir", disse, enigmático, o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).

Segundo líderes governistas, a Integração Nacional poderá ser reforçada orçamentariamente para atender à reivindicação da cúpula do partido que o classifica como

"ministério de papel" depois da extinção da Sudene e da Sudam. Na lista de mudanças no ministério, são alvos os do Desenvolvimento, da Justiça, da Cultura e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano — cujo titular é Ovídeo de Angelis, ligado ao grupo de Maguito Vilela, que, além de apoiar a CPI, trabalha pelo rompimento do PMDB com o governo para apoiar a candidatura Itamar Franco.

PMDB — Um dirigente do PMDB diz que não está descartada a possibilidade de o presidente optar por esvaziar a secretaria para reforçar o Ministério da Integração Nacional. Um interlocutor do Planalto confirma que seria uma fórmula política de prestigiar a ala do PMDB que se opõe a um alinhamento a Itamar e, ao mesmo tempo, enfraquecer o grupo ligado ao governador mineiro. Entre os cotados, o PMDB manteve intacta a lista

de sugestões — o senador Ramez Tebet (MS), assessor especial da presidência, Moreira Franco, e os deputados federais Benito Gama (BA) e João Henrique (RN).

Em favor dos planos do governo de fortalecer o grupo peemedebista ligado a Jader Barbalho, o entendimento de governistas e da oposição de que não há clima para tentar transformar o presidente do Senado na "bola da vez". De todas as suspeitas levantadas por ACM durante um ano de cruzada contra Jader, nenhuma serve de fundamento jurídico para sustentar processo no Conselho de Ética do Senado. Sem contar que o fortalecimento político dessa ala do PMDB servirá de importante argumento para o Planalto contar com seu apoio incondicional na operação de esvaziamento da CPI da Corrupção.

CPI — A oposição está atenta à movimentação do Planalto para recompor a sua base e admite, em reuniões reservadas, que, no momento, são remotas as chances de vingar a CPI da Corrupção. Mesmo assim, ontem o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), anunciou da tribuna do Senado estar faltando apenas a assinatura de um senador para atingir as 27 necessárias para instalar a CPI. Além dos 16 senadores da oposição, apoiaram o pedido três senadores do PPS, sete do PMDB e dois do PSDB. Dutra avisa que não vai mais batalhar pelas assinaturas, muito menos junto aos três senadores do PFL, batam. "Quem quiser assinar que nos procure. A CPI não depende do ex-senador ACM, até porque ele trabalhou para que ela não fosse instalada", disse Dutra.

Se até o final da semana que vem as 27 assinaturas não forem alcançadas, a oposição vai mudar de tática. Desistirá da coleta de assinaturas no Congresso. Vai buscar apoio popular, nas capitais e cidades de grande e médio porte, para um pedido de CPI Mista.